

Queixas e razões

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) provocou ontem, no Senado, movimentado debate sobre a atuação dos políticos e por que estão desacreditados perante a opinião pública. A seu ver, os parlamentares são responsáveis em grande parte, mas a imprensa também o é, pois não divulga corretamente a atividade legislativa. A crítica está correta em sua essência, porém não basta fazê-la. E preciso discuti-la.

No geral os políticos são injustiçados. Há deles que se dedicam totalmente à causa pública e têm trabalho intenso para cumprir corretamente seu mandato. Para quem tem responsabilidade, ser deputado ou senador é sacrifício. Para quem não tem, não há melhor emprego. O maior erro dos políticos está no corporativismo, denunciado também por Jutahy, que impede a separação do joio do trigo e leva todos ao descrédito.

Há dois meses um diretor do IBC afirmou que fora procurado por um deputado nordestino que lhe oferecera 100 mil dólares para liberar uma exportação de café. O deputado ainda tivera o desprazer de explicar que lhe dava os 100 mil dólares porque receberia 1 milhão de dólares. O deputado Furtado Leite (PFL-CE), nordestino autêntico, pediu explicações da tribuna da Câmara, cuja Mesa prometeu esclarecimentos imediatos. Até hoje não vieram. Informa-se, em reserva, que houve um acordo: o diretor do IBC não é responsabilizado e ninguém fica sabendo quem é o deputado.

O inquérito sobre o IPC, financiado pelo orçamento, tem quase o mesmo período. A opinião pública parece convencida de que são verdadeiras as acusações, mas não há, ainda, nenhuma acusação formal. Em vez de rigoroso e sumário, o inquérito arrasta-se e tende a ser uma obra de Santa Engrácia. A cada dia novas empresas são envolvidas, o que parece demonstrar um grande êxodo, porém não há quem esclareça as denúncias.

O Legislativo tem aspectos positivos que mereciam o destaque e são, pela lei natural da curiosidade, colocados em segundo plano. Há dias, o Senado, a partir de brilhante discurso do senador Wilson Martins sobre a greve na UFMS, analisou, em vários aspectos, a problemática educacional. Não houve registro na imprensa e, no entanto, era conveniente. Uma das questões foi o projeto do senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE) sobre o pagamento do ensino superior por quantos podem fazê-lo, o que o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) tentou no início da década de 70 e não deixaram para não prejudicar a imagem do então Presidente.

Esse debate, do maior interesse público, poderia ser transmitido pelas emissoras oficiais, que, no entanto, se preocupam em concorrer com as particulares, passando filmes obsoletos comprados por milhares de dólares. Há muito que discutir a respeito.